

A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA EM SALA DE AULA

Dione Ribeiro Costa (UEPB)

dionercosta@gmail.com

Orientadora/ Coautora: Rosilda Alves Bezerra (UEPB)

rosildaalvesuepb@yahoo.com.br

Introdução

A literatura afro-brasileira é um importante tema a ser discutido e que está cada vez mais ganhando êxito no campo literário brasileiro. O estudo relacionado a esse assunto tem repercutido e tornado evidente por parte de vários autores afro-brasileiro das mais diversas áreas de estudos e pesquisas. Essa arte literária é constituída de uma fonte riquíssima de saber e conhecimento que abrange tanto a história e cultura afro-brasileira como também africana. Esses conhecimentos foram trazidos pelos escravos africanos no período colonial brasileiro, e conseqüentemente, incorporado pelos afro-brasileiros.

Desse modo, a literatura afro-brasileira no âmbito escolar abre caminho para um novo olhar na educação, levando em conta a diversidade histórica e cultural que constitui a sociedade brasileira. Esse novo olhar diz respeito às novas práticas pedagógicas, com prioridade enfaticamente para as relações étnico-racial, no sentido de acabar com as antigas práticas eurocêntricas carregadas de preconceitos e discriminação em relação aos negros e afrodescendentes em que tinha como base a hegemonia racial devido à influência europeia. É por isso que,

As relações étnico-raciais em nosso país são marcadas, historicamente, por profundas desigualdades sócio-econômicas, haja vista a perpetuação do racismo no seio social, realimentado ao longo do tempo por diversas facetas e dissimulações como, por exemplo, o mito da democracia racial e o eurocentrismo curricular. Emerge, daí, a sua propagação e desdobramentos no espaço escolar, nas relações sociais, na mídia, nas artes e na literatura. Diante desse quadro geral, enfrentaremos grandes desafios para fazer valer a Lei Federal 10.639/03, em virtude da carência de docentes na área das relações étnico-raciais e, também, da parca publicação e circulação de materiais didáticos, teóricos e literários pertinentes à demanda atual, que é primar pela valorização e ressignificação da história e cultura africana e afro-brasileira, sem cair nas teias enredadas pelo *racismo à brasileira*. (OLIVEIRA, 2008, p.01)

Essa iniciativa ganha força com a obrigatoriedade da lei 10.639/03, que estabelece algumas mudanças na grade curricular da educação básica nacional com a inserção de conteúdos referentes a história, cultura e literatura africana e afro-brasileira em sala de aulas em todos os níveis de ensino, como também, conteúdos que abordem a história e cultura indígena através da lei 11.548/08, criada posteriormente, com o propósito de enfatizar a primeira, já que não tinha ficado claro tal abordagem relativo a questão indígena em nossa educação.

No entanto, após a implementação da Lei 10.639/03, através da qual se alterou a LDB 9.394/96, urge a necessidade de selecionar

produções que rompem com a tendência à estereotipia dos referidos personagens. Mas, quais seriam tais produções? E, em que consistiria a inovação das mesmas na atualidade? Eis as questões cruciais a serem (re)pensadas cautelosa e cuidadosamente, o que demandará sensibilização e conscientização nossa, no tocante à complexidade das relações étnico raciais no Brasil. (OLIVEIRA, 2008, p.01)

Considerado dessa forma, a obrigatoriedade da Lei Federal 10.639/03, esse O artigo pretende abordar diversas concepções a respeito da literatura afro-brasileira no ensino. Neste trabalho, temos o objetivo de tecer e analisar algumas reflexões a cerca da literatura no ensino escolar em relação à temática afro-brasileira, fazendo uso da diversidade cultural e textual para um melhor aproveitamento das atividades literárias em sala de aula, de uma maneira positiva e valorosa em relação aos negros através de obras de autores afro-brasileiros contemporâneos que discutem e refletem a identidade negra numa perspectiva interdisciplinar, com intuito de possibilitar a interação dialógica entre docentes e alunos, tendo como principal foco de estudo, a questão e as relações étnica e racial no contexto escolar e, com isso, sugerir novas atitudes, reflexões e práticas educativas inovadoras.

Baseamo-nos também em estudos que discutem a defasagem desse ensino em relação às condições que estão submetidas às instituições de ensino e, conseqüentemente, pelo contexto histórico-social que está inserida a prática docente aplicada nas aulas, onde, muitas vezes, há a utilização de métodos tradicionais, com o intuito de apenas contemplar o número significativo de conteúdos apresentados pelo livro didático.

A tessitura da pesquisa está baseada fundamentalmente nos estudos acadêmicos de autores como Gomes (2006-2010), Munanga (2008-2009), Silva (2005) e Duarte () e das políticas públicas afirmativas que defendem a inserção e aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03.

1- A Literatura Afro-brasileira e as Políticas Públicas no Ensino

A arte literária afro-brasileira ainda é pouco divulgada entre o povo brasileiro, mesmo a partir do surgimento de várias políticas públicas afirmativas tentarem tornar obrigatória sua inserção nos conteúdos escolares das instituições de ensino. Ainda assim, mesmo após alguns anos da lei 10.639/03 ter passado a vigorar, a discussão com base na questão que envolve a afrodescendência continua quase no mesmo patamar na realidade das escolas públicas, pois estes estabelecimentos, e até mesmo os educadores colocam obstáculos na execução das políticas públicas afirmativas.

A criação das leis 10.639/03 e 11. 548/08 foram de grande relevância para compor a grade curricular da educação básica brasileira. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece a partir dessas leis a obrigatoriedade do ensino relacionado à história, cultura e literatura africana, indígena e afro-brasileira nos bancos escolares, com o propósito de desconstruir antigos preconceitos inerentes aos negros socialmente.

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los,

buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. Forçoso é reconhecer, porém, que muitos professores não sabem como proceder. É preciso ajudá-los, pondo ao seu alcance pista pedagógicas que coloquem professor e alunos frente a frente com novos desafios de aprendizagem.

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais. (LOPES, 2005, p. 187)

Devido a esses acontecimentos e as inevitáveis mudanças na educação foi preciso a elaboração de material didático que seguisse as determinações referidas nessas leis. A confecção desses novos materiais e, conseqüentemente, as discussões em torno do assunto em destaque busca suprir as necessidades que vem sendo cada vez mais destacadas e presentes nas salas de aula da educação básica nacional, com relação ao recorte temático afro-brasileiro e seus mais variados temas, e conforme várias pesquisas realizadas ocorrem de forma distinta nas escolas públicas e particulares, uma vez que, umas com mais importância que outras.

O ensino, de acordo com as leis afirmativas devem assegurar relações sociais que visem o respeito entre os sujeitos, sejam estes pertencentes a uma classe superior ou não, mas sempre tendo em vista que todos são capazes de aprender a respeitar e valorizar a herança histórica e cultural africana, indígena e afro-brasileira como sendo sujeitos e protagonistas pertencentes a um contexto histórico-social brasileiro diverso e pluriétnico, ou seja, “o negro precisa ser o senhor do seu próprio destino; não mais coisa, sim ser humano; não mais espectador, e sim participante no grande jogo existencial.” (BARCELAR, 2007, p. 47). A esse respeito podemos dizer que,

A pluralidade faz surgir um país feito a muitas mãos, onde todos juntos, vindos de tradições diversas, com distintas formas de arrumar o mundo, com inúmeras concepções do belo, conseguem criar uma comunidade plena da consciência da importância da participação de cada um na construção do bem comum. Todos podem ser diferentes mas são absolutamente necessários. Só com esta união na diversidade se constrói um mundo novo, onde se respeita a maneira de cada um falar com Deus, de invocá-lo por nomes e ritos adotados segundo a tradição de seu grupo, mas que determina toda a organização e valores da comunidade.

A população afro-descendente no Brasil tem características culturais muito marcantes, que precisam ser mais estudadas e entendidas já que a contribuição dos inúmeros países africanos é muito significativa para todos os setores da vida brasileira, quer

se relacione à linguagem, à vida familiar, ao sistema simbólico, à comunidade religiosa, à produção do saber (Ciência) ou à transmissão do saber (Educação). (TEODORO, 2005, p.83)

Esse protagonismo pode ser percebido através dos costumes, hábitos, cultura e da religião que faz parte nossa sociedade. Nesse caso, torna necessário preencher essa deficiência escolar em termos de material pedagógico específico e eficiente que trate e discuta positivamente a história e cultura africana, indígena e afro-brasileira na escola, com apoio principalmente do educador para um melhor discernimento do aluno.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelecem:

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. (DCN-s, 2004, p. 32)

Sendo assim, torna obrigatória a discussão da literatura afro-brasileira contemporânea nos debates e discussões em sala de aula, com a intenção de desconstruir visões preconceituosas e deturpadas relacionados aos negros e os afrodescendentes. Em relação a essa questão, o terceiro parágrafo do mesmo documento esclarece.

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil. (DCN-s, 2004, p. 32)

Pesquisas realizadas anteriormente a pedido da SECAD e UNESCO em algumas escolas brasileiras constataram que a implementação da Lei 10.639 passa por muitos impasses e preconceitos a respeito da inserção desses conteúdos nas disciplinas que integra o currículo escolar. Em entrevista realizada com a professora Nilma Lino Gomes (2010, p. 06) a revista Nação Escola, uma das mais ilustre e renomada pesquisadora sobre o assunto responde, “A implantação da lei 10.639 representa avanços para a educação do país, mas tem esbarrado em resistências relacionadas à gestão das escolas e do sistema de ensino”.

A dificuldade de se trabalhar esses temas nas escolas advêm da falta de conhecimento a respeito do assunto, ou até mesmo, por puro preconceito que se encontra no subinconsciente dessas pessoas. Esse preconceito, ainda bastante explícito, é fruto do período colonial brasileiro, ou seja, da escravização. Quanto a isso, ela ainda acrescenta.

[...] Do ponto de vista histórico, da história da educação do negro no Brasil, isso é significativo. Mas o grande desafio é esse contexto das resistências, da democracia racial, de reconhecimento do racismo e do que o racismo significa na escola e na vida de pessoas negras e brancas que circulam pela escola pública brasileira. Esse

contexto inviabiliza o enraizamento da lei. Juntamente com isso, ainda precisamos de políticas públicas mais efetivas que garantam a implementação da lei. Temos em nível macro iniciativas, mas as iniciativas em nível micro ainda deixam muito a desejar. Temos hoje o desafio de enraizar a lei nas práticas pedagógicas e na gestão, tanto no sistema de ensino, nas secretarias estaduais e municipais, quanto nas escolas. A gente tem conseguido alcançar mais professores e professoras do que aqueles que estão nos órgãos de decisão e de poder. Muitas vezes você tem práticas com professores mobilizados dentro de uma determinada instituição escolar, mas as decisões que tomam para implementação das leis e diretrizes são vetadas, inviabilizadas, ou não recebem apoio e, quando você vai ver, tem uma implicação da gestão da escola, da coordenação pedagógica ou da gestão do sistema [...] (GOMES, 2010, p. 07)

Para que haja uma mudança de atitude referente a esse problema os educadores precisam enxergar o ambiente escolar como um espaço de representação e aprendizagem multicultural que visa, principalmente, desenvolver e construir relações sociais positivas para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária em termos de direitos e cidadania. A esse respeito, as Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana expõe.

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (DCN-s, 2004, p. 15)

Nesse sentido, para a lei seguir seu efetivo objetivo é necessário discutir e esclarecer a todos os professores, e principalmente, aos gestores dessas instituições de ensino a importância e o cumprimento da Lei 10639, nos estudos em sala de aula, e consequentemente, para a sociedade a fim de desenvolver e construir nova visão crítica em relação à diversidade étnico-racial, cultural, social, política, econômica e religiosa mais positiva.

2- A Sala de Aula e a Literatura Afro-brasileira

O ambiente escolar representa o espaço de interação e sociabilização do saber tanto pedagógico quanto histórico-social, onde se busca desenvolver uma formação crítico-reflexivo no alunado e em todos que compõe e faz parte desse espaço. Dessa forma,

A educação escolar deve ajudar professor e alunos a compreenderem que a diferença entre pessoas, povos e nações é saudável e enriquecedora; que é preciso valorizá-la para garantir a democracia que, entre outros, significa respeito pelas pessoas e nações tais como são, com suas características próprias e

individualizadoras; que buscar soluções e fazê-las vigorar é uma questão de direitos humanos e cidadania. (LOPES, 2005, p.189)

É através dessa relação que se estabelece o respeito pela pluralidade étnico-racial na sociedade contemporânea, abrangendo assim, uma cultura multifacetada e diversificada em que estamos inseridos atualmente.

Esse trabalho com o alunado possibilita compreender o espaço escolar, e o que nele ocorre como o lugar que se mantém também a presença de alunos negros, compondo dessa forma, uma diversidade que merece ser esclarecida e discutida nos bancos escolares, estabelecendo assim, o respeito ao outro. Para isso, o docente em sua prática deve saber desconstruir estereótipos e preconceitos racistas relacionados aos negros.

Segundo Cuti, “O silenciamento da identidade negra perpassou os séculos e atingiu o século XXI de várias formas; uma delas é apresentar negros como detalhes de uma suposta generalidade branca.” (CUTI, 2010, p. 37). Ele quer dizer que o negro é visto pelos brasileiros como sendo mais um elementos da classe subalterna e inferiorizada pela hierarquia dominante. Para ele, a construção identitária ao tornar visíveis personagens que antes eram mantidos à margem dos discursos literários. Nisso,

[...] a distinção de uma determinada literatura como integrante do segmento afro-descendente ganha pertinência ao apontar para um território cultural tradicionalmente posto à margem do reconhecimento crítico, e ao denunciar o caráter eurocêntrico de muitos dos valores adotados pela academia. (DUARTE, 2005, p.117)

Nessa perspectiva, a literatura afro-brasileira representa um importante papel na construção da identidade étnica brasileira. A partir dessa reconstrução o negro tenta resgatar o máximo de sua dignidade étnica e racial negada pelo meio social. É dessa forma que,

As relações inter-raciais e interétnicas constituem fenômeno concernente à própria formação do Brasil como país. Ao longo de nossa história, o fenômeno da mistura de raças e culturas recebeu distintos tratamentos, indo da idealização romântica de uma terra sem conflitos ao mito da democracia racial, por um lado; e da condenação racialista típica do século XIX ao fundamentalismo de muitos segmentos contemporâneos, que rejeitam a mestiçagem e defendem a existência de uma possível essência racial negra, por outro. (DUARTE, 2005, p.118)

Por isso, o processo de criação e reelaboração da arte literária envolvem uma linguagem objetiva simples e direta do cotidiano brasileiro, possibilitando aos escritores negros narrarem histórias a partir de suas próprias conclusões e ideais.

Conforme Santos, (2005, p. 127) ser negro é uma questão política, e questiona sobre o embraquecimento como processo de aceitação:

[...] Era preciso fazer acreditar que apenas o embranquecimento seria uma solução plausível para negros e brancos, para que os últimos não fossem destruídos pelo enegrecimento e para que os primeiros não sucumbissem à herança nefanda que o destino os reservou: sangue africano.

A autora explica que a política para embranquecer o negro e seus descendentes por meio de estilo adotados pelos brancos e procedimentos estéticos era uma tentativa política de manter o poder da elite no mesmo patamar sem nenhuma alteração no meio social devido à nova situação em que se encontrava a sociedade, encarregada de administrar e direcionar socialmente a crescente leva de novos cidadãos recém-integrados e, que assim, buscavam sua inserção e reconhecimento no mercado de trabalho.

Na perspectiva de desconstrução dessa ideologia, Silva (2005, p. 33) expõe o seguinte pensamento:

[...] A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/racial e autoestima dos afro-descendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania.

A desconstrução da ideologia abre a possibilidade do reconhecimento e aceitação dos valores culturais próprios, bem como a sua aceitação por indivíduos e grupos sociais pertencentes a outras raças/ etnias, facilitando as trocas interculturais na escola e na sociedade. Corrigir o estigma da desigualdade atribuído às diferenças constitui-se em tarefa de todos e já são numerosos os que contribuem para atingir esse objetivo.

Já para Gomes (2006), a construção da identidade negra no Brasil, principalmente no que concerne à rejeição/aceitação do indivíduo foi construído socialmente pelo negro, e isso não ocorreu de modo aleatório, mas existe um conjunto de situações relacionadas às questões históricas, sociais, culturais, políticas e psicológicas.

Em termos psicológicos, a formação da identidade emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis do funcionamento mental, pelo qual o indivíduo julga a si próprio à luz daquilo que percebe ser a maneira como os outros o julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles; enquanto que ele julga a maneira como eles o julgam, à luz do modo como percebe a si próprio em comparação com os demais e com os tipos que se tornam importantes para ele. (MARIOSIA *apud* ERIKSON, 1972, p.21).

Sendo assim, com a exposição de conhecimentos teóricos e discussões baseadas nas leituras das obras de autores brasileiros que tratam da temática afro-brasileira no ensino escolar pôde-se notar que o assunto em questão vem tendo uma significativa melhora, no que diz respeito aos esclarecimentos das leis e abordagem dos temas relacionados às histórias dos negros na construção histórica, social e literária por parte de alguns educadores. Pode-se perceber com isso que muitos professores tornam resistente ao ensino que traz temas transversais, como é o caso, da lei 10.639, e posteriormente, a lei 11.645 que obriga a inclusão dos conteúdos relacionados a questões africanas e indígenas em sala de aula.

Na verdade, o Brasil nos oferece a estranha imagem de um país de identidade inconclusa, já que, ao longo da história de nossa formação, continuamos a nos perguntar a todo momento sobre quem somos e, assim, o brasileiro, por falta de conhecer melhor a sua história, acaba

por não ter condições de se identificar consigo mesmo. Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é aquela dos vencedores, dos colonizadores ou, para precisar a afirmativa, história celebratória das classes econômica e politicamente mais bem sucedidas. Isto porque – e este é outro aspecto a ser considerado – a história transmitida na escola privilegia apenas o registro escrito, quando se sabe que a história dos grupos indígenas ou das comunidades negras rurais, como aliás também toda e qualquer história local, é sempre um relato oral, que só pode ser transmitido pelos mais velhos aos mais novos, através das gerações. (MOURA, p.78)

A partir de pesquisas realizada por Nilma Lino Gomes referente a aplicação da lei 10.639/03 nas escolas em entrevista publicada na revista Nação Escola, ela desabafa.

[...] Nosso grande desafio talvez seja mostrar para esse professor que se pode trabalhar a temática racial com todos esses outros conteúdos, e muitas vezes ela pode enriquecer a compreensão dos alunos e a dinâmica de trabalho do professor. (GOMES, 2010, p.09)

A esse respeito, no livro, “*Superando o Racismo na Escola*” vários autores afro-brasileiro, como Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes entre outros discutem a questão relacionada à preparação dos professores para lidar com o ensino das relações étnicas-raciais inseridos no contexto escolar como forma de se oporem as manifestações de preconceito e discriminação.

Alguns dentre nós não receberam na sua educação e formação de cidadãos, de professores e educadores o necessário preparo para lidar com o desafio que a problemática da convivência com a diversidade e as manifestações de discriminação dela resultadas colocam quotidianamente na nossa vida profissional. Essa falta de preparo, que devemos considerar como reflexo do nosso mito de democracia racial, compromete, sem dúvida, o objetivo fundamental da nossa missão no processo de formação dos futuros cidadãos responsáveis de amanhã. (MUNANGA, 2005, p. 15)

Munanga considera que os professores de um modo geral não foram preparados para lidar e conviver com a diversidade que constitui nossa sociedade contemporânea, nem tão pouco, com as manifestações discriminatórias que dela podem surgir, como por exemplo, o preconceito étnico-racial. Esse fato se deve a formação educacional “eurocêntrica” que os educadores tiveram no passado, e que a partir dela puderam refletir tais preconceitos.

Partindo da tomada de consciência dessa realidade, sabemos que nossos instrumentos de trabalho na escola e na sala de aula, isto é, os livros e outros materiais didáticos visuais e audiovisuais carregam os mesmo conteúdos viciados, depreciativos e preconceituoso em relação aos povos e culturas não oriundos do mundo ocidental. Os mesmos preconceitos permeiam também o

cotidiano das relações sociais de alunos entre si e de alunos com professores no espaço escolar. No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.15)

Com base nisso, ele também aponta relevantes pontos que pode fazer elevar e disseminar esse nível de preconceito no espaço escolar. Um desses pontos são os materiais didáticos escolares, distribuídos nas redes pública de ensino país, os quais teriam a função primordial de auxiliar o trabalho docente em sala de aula com o intuito de combater e acabar com todo tipo de preconceito.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. O que explica o coeficiente de repetência e evasão escolar altamente elevado do alunado negro, comparativamente ao do alunado branco. (MUNANGA, 2005, p. 16)

Entretanto, é através desses materiais que são expostos e repassados automaticamente pelos professores sem nenhuma reflexão crítica a respeito do assunto. Nesse caso, específico, são repassados conceitos e visões totalmente distorcidas e inferiorizadas com relação a questão da formação cultural/histórica afro-brasileira e africana.

Tais ideias possuem “O intuito muito claro de se colocar o cidadão negro à margem da sociedade [...] Cidadão indesejado, cidadão por acaso, por força e vontade branca, o negro deveria resigna-se à sua condição de estranho a civilidade, de outro indesejável” (SANTOS, 2005, p.132).

Entretanto, levando-se em conta outros meios e atitudes, podemos segundo Silva (2005, p.31)

[...] identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do auto-conceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade.

Esse direcionamento deve começar pela própria família, em que se busque o caminho da valorização da identidade negra dentro da sociedade, como também, seu papel na educação a partir da necessidade de discursar sobre os negros nas salas de aula sem entraves e preconceitos existentes nas cabeças dos discentes e principalmente dos docentes, a fim de acabar com estereótipos estabelecidos pela escravidão na época do Brasil colônia. Assim,

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas. (SILVA, 2005, p.158)

Por esse ponto de vista, a pesquisa através das observações obteve êxito, pois os alunos participaram de todas as atividades realizadas em sala de aula com atenção e colaboração, ocorrendo dessa maneira um bom aproveitamento das informações expostas durante as intervenções, porém constatou-se também, que mesmo sendo obrigatória a discussão sobre temas relacionados à história dos negros nos bancos escolares, ainda há certa resistência por parte dos professores, mesmo que com algumas exceções. Apesar disso, a expressividade dos educandos fluiu tranquilamente a respeito do assunto abordado, possibilitando possíveis indagações, opiniões e reflexões positivas relativas aos textos lidos e discutidos nas aulas de literatura.

Considerações Finais

A literatura afro-brasileira é um campo a ser (re) descoberto e desfrutado pelos leitores em todo seu âmbito e aspectos, que pode ser culturais, econômicos, históricos e sociais. Nesse caso específico,

A literatura, na sociedade negra, sempre teve uma função social, fato este que se tornou mais acentuado pelas exigências históricas. O sofrimento necessita de luta, para ser sobrepujado e qualquer arma, inclusive a literária, tem que ser usada. Para transformar o presente de miséria, em futuro de felicidade, o artista tem que se comprometer a descrever, tão sinceramente quanto possível, este presente [...] (FEMI OJO-ADE, 2010, p.121)

Só dessa maneira, poderemos abstrair do verdadeiro conhecimento e grandiosidade que encobre essa arte literária em nossa sociedade, “mascaradamente” preconceituosa e racista. A priori causada por estereótipos e estigmatizações, que tenta colocar os negros às margens dos discursos sociais e literários, como era o caso dos personagens negros na literatura clássica, que exerciam papéis secundários e inferiores, como se fossem objetos inanimados sem nenhuma relevância para o desenvolvimento da trama.

Portanto, mesmo que a política social não exerça seu papel como deveria, cabe a todos os cidadãos brasileiros fazer valer sua cidadania, quanto a essa questão tão conflitante para a maioria da população, conhecimentos que pode aflorar até mesmo entre os familiares e depois, conseqüentemente, nas escolas que por causa de teorias racistas e discriminatórias escondem sua descendência e raiz histórica de um passado muito constrangedor. “No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos a possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetado neles pela cultura racista na qual foram socializados.” (MUNANGA, 2005, p. 17)

Nesse sentido, um dos pontos de partida para o reconhecimento e valorização da produção cultural afro-brasileira surgiu a partir da Lei Federal 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade no ensino, tanto público quanto particular da história em

que os negros estão envolvidos desde a colonização até os dias atuais, de modo que a sociedade brasileira é constituída pela diversidade, tanto étnica quanto cultural. De acordo com essa ideia, Machado (2002, p. 43) explica que,

Com essa compreensão, a educação é vista como uma instância social voltada para a formação da personalidade dos indivíduos, para o desenvolvimento de suas habilidades e para a veiculação dos valores éticos necessários à convivência social, incorporando harmonicamente os indivíduos no todo social existente.

A partir desse estudo constatou-se que, ainda há muito a ser feito com relação ao cumprimento da Lei Federal 10.639 nas escolas, como também, com relação a efetividade das políticas públicas afirmativas que orientam e abre novos caminhos a serem percorridos através da abordagem dos temas transversais referentes a Cultura, História e Literatura afro-brasileira e africana entre outros no ensino brasileiro.

Com isso, pode se dizer que a constituição do espaço literário afro-brasileiro no meio acadêmico vem tendo seu devido reconhecimento. Por outro lado, sua inserção no ensino institucionalizado nas escolas da educação básica torna cada vez mais difícil, mas necessária, pois é através da cultura, da história e da literatura afrodescendente e africana que poderemos traçar uma nova história da população brasileira na perspectiva de fazer valer a verdadeira democracia racial.

Enfim, para tornar efetivo o ensino da literatura afro-brasileira, tendo como base a relação étnica e racial em sala de aula, o educador precisa ter conhecimento das questões que envolvem o referido assunto, colocando a discussão para os alunos de forma positiva e numa perspectiva inovadora para que a partir desse ponto eles reflitam e criem suas próprias conclusões.

Referências

BACELAR, Jeferson & CAROSO, Carlos. **Brasil, um país de negros?** (Org.) -2ª ed. – Rio de Janeiro: Pallas; Salvador, BA: CEAQ, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEF, 2004. Disponível em: < <http://www.uel.br>>.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Superando o Racismo na Escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

CUTI. **Literatura Negro-brasileira.** –São Paulo: Selo Negro, 2010.

DUARTE, Eduardo de Assis. **Literatura, política, identidades:** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

FEMI OJO- ADE. **Negro: Raça e Cultura.** EDUFBA, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. **Implantação da lei 10.639 esbarra na gestão do sistema e das escolas.** In: Revista Nação Escola, n.2 – NEN (Núcleo de Estudos Negros),

Florianópolis-SC: ATILÊNDE, 2010. Disponível em: <http://issuu.com/gastaocassel/docs/revista_versaofinal_72dpi>

LOPES, Véra Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didático-pedagógicos e a conquista de novos comportamentos.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MACHADO, Cristina Gomes. **Multiculturalismo: muito além da riqueza e da diferença,** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

MARIOSIA, Gilmara Santos; REIS, Maria da Glória dos. **A Influência da Literatura Infantil Afro-brasileira na Construção das Identidades das Crianças.** Londrina: Vagão-volume 8 parte A, p. 42-53, dez. 2011- ISSN 1983-1048, Estação Literária. Disponível em: <<http://www.uel.br/pos/letras/EL>>.

MOURA, Glória. **O Direito à diferença.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola.** 2 ed. Revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: < <http://www.uel.br> >.

_____. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. **Literatura afro-brasileira infanto-juvenil: enredando inovação em face à tessitura dos personagens negros.** – São Paulo: ABRALIC, 2008. Disponível em: <<http://www.abralic.org.br>>

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”:** um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SILVA, Ana Célia da. **A Desconstrução da Discriminação no Livro Didático.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. **Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

TEODORO, Helena. **Buscando Caminhos nas Tradições.** In: **Superando o Racismo na escola.** 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.